



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 24 de junho de 2019, aprovada na sessão ordinária de 27 de setembro de 2019, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 30 de setembro de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



2001
H
E

ATA N.º 13 – No dia 24 de junho de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 45 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa a Sr.ª Maria José Ferreira dos Santos, 1.ª Secretária da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 12 – Sessão Ordinária de 5 de abril de 2019;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Pedido de parecer da Assembleia Municipal a solicitação da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação sobre:
 - Projeto de Lei n.º 1097/XIII (Criação da Freguesia de Pigeiros, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda
 - Projeto de Lei n.º 1098/XIII (Criação da Freguesia de Caldas de São Jorge, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda;
- 4 – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05 – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;
- 5 – Transferência de competências para as entidades intermunicipais;
- 6 – Contrato interadministrativo de colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – AMTSM;
- 7 – Protocolo entre o Município e a Freguesia de São João de Ver;
- 8 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2018;
- 9 – 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM);
- 10 – Programa Movimento e Bem-Estar
 - Transferência de verbas para as Juntas de Freguesias 2018-2019;
- 11 – Alterações da postura de trânsito de Santa Maria da Feira;



- 12 – Alteração da postura de trânsito de Canedo; -----
13 – Alteração da postura de trânsito de Lourosa; -----
14 – Alteração das posturas de trânsito de São João de Ver e de Santa Maria da Feira;
15 – Ação de controlo da Inspeção-Geral de Finanças ao Município (Controlo da lei dos compromissos e pagamentos em atraso)-----
- Comunicação de homologação do relatório n.º 2017/1429 (para conhecimento); --
16 – Documentos de Prestação de Contas de 2018 da Área Metropolitana do Porto (para conhecimento); -----
17 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----
- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Frutuoso Tomé Resende, designado pela Assembleia Municipal por deliberação de 10/02/2012;-----
18 – Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca-----
- Designação de representante para o Conselho da Comunidade (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02, na sua redação atual);-----
19 – Comissão Consultiva da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira -----
- Designação de representante da Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----
Não esteve presente a Sr.ª Vereadora Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do 2.º Secretário da Mesa da Assembleia, Mário Jorge de Castro Reis, estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----



[Handwritten signatures]

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Eva Lúcia Fernandes da Costa, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa, como Secretária da mesma. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa de 5 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

- Arrifana: Delfim Manuel Oliveira da Silva (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Alcino Pereira Monteiro;-----
- Lourosa: Armando Fontes Teixeira (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carlos Alberto Cardoso Garcez Moreira;-----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos;-----
- Sanguedo: Valdemar Alves da Silva (PS) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Liliana Alves Couto;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----

Informou, ainda, que os membros Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD), Lúcia Catarina Azevedo Fernandes (PS), Tiago Oliveira Amorim Carneiro (PS), Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS) e Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Aldina Cabral: substituída pelo José Moreira de Jesus Castro (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – João Luis Almeida Cunha, Maria João Resende Lamas e Cláudia Oliveira Antunes Correia – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*) – o qual entrou no decorrer da sessão,-----
- Lúcia Fernandes: substituída pelo Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (*uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de estar presente*) – o qual entrou no decorrer da sessão,-----



- Tiago Carneiro: substituído pela Jéssica Oliveira e Sousa, -----
- Manuel Strecht Monteiro: substituído pelo Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – Sérgio Agostinho dos Santos Gonçalves, João Nuno Monteiro da Silva Sousa e Marlene da Rocha Monteiro – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*) – o qual entrou no decorrer da sessão, -----
- Moisés Ferreira: substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 46 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Carlos Alberto Cardoso Garcez Moreira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Romariz – Anacleto de Sousa Costa; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

Pelo Partido Socialista (PS): -----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Daniel Tavares Gomes; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Jéssica Oliveira e Sousa; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Nogueira da



Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Liliana Alves Couto; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----
Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----
Independente (IND): Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Juliana Canedo da Rocha (PSD), José Moreira de Jesus Castro (PSD), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS), Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD).-----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis (PSD).-----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 5 de abril de 2019 e a presente sessão:-----

- “Convite da Direção do CIRAC – Circulo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no concerto “Orquestra Filarmónica Portuguesa & Eldbjorg Hemsing”, realizado no dia 14 de abril de 2019, integrado no 42.º Festival Internacional de Música de Paços de Brandão (FIMUV) – convite este que foi respondido, informando da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia em estar presente no referido evento por, nessa data, se encontrar ausente do País;-----
- Convite da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no espetáculo “Paixão de Cristo”, realizado no dia 12 de



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

abril de 2019;

- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia de 3 recomendações e de 1 voto de pesar e solidariedade envolvendo a Câmara Municipal, aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 5 de abril de 2019, que a seguir se identificam: -----
 - Recomendação apresentada pela CDU intitulada “Abandono progressivo do uso de herbicidas”, -----
 - Recomendação apresentada pela CDU intitulada “Rota do Turismo Industrial”, -----
 - Recomendação apresentada pelo CDS-PP intitulada “Criação de uma agenda de eventos no site da Câmara Municipal”, -----
 - Voto de pesar e solidariedade apresentado pelo BE, para com o povo de Moçambique; ---
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Direção da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), remetendo o teor do Voto de Louvor que esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 5 de abril de 2019, deliberou atribuir àquela Associação, pelo contributo que tem prestado à Sociedade;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Embaixadora de Moçambique em Portugal e ao Sr. Cônsul-Geral de Moçambique no Porto e Zona Norte de Portugal, remetendo o teor do Voto de Pesar e de Solidariedade, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 5 de abril de 2019, pela tragédia provocada pela passagem do Ciclone Idai por Moçambique; -----
- Ofício da Sr.ª Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia designe alguém de entre cidadãos eleitores para substituir o cidadão Frutuoso Tomé Resende, que havia sido designado para aquela Comissão por esta Assembleia, por o mesmo ter atingido o limite de mandatos;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 11 de março e 1 de abril de 2019;-----
- Convite da Direção, Comando e Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros



- Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 98.º Aniversário daquela Associação, que se realizou no dia 1 de maio de 2019; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 8 de abril de 2019; -----
 - E-mail do Assessor do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Lei n.º 1204/XIII/4.ª – aprova as normas orientadoras do plano ferroviário nacional e um programa de investimentos para a sua execução, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Cobrança de estacionamento depois da hora acordada” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Descargas poluentes no Rio Uíma” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail, por instrução do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, nos termos da lei, os Documentos de Prestação de Contas da AMP referentes ao ano de 2018, aprovados pela Comissão Executiva Metropolitana na reunião de 8 de abril de 2019; -----
 - Convite da Sr.ª Presidente da Universidade Sénior de Santa Maria da Feira, em parceria com a Academia de Música de Santa Maria da Feira, All About Dance Academia, a Confraria da Fogaça da Feira e o Rancho Regional de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir aos eventos da Semana Cultural “Laços de Cultura em Rede IV”, realizados nos dias 14, 15, 27, 30 e 31 de maio de 2019;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 25 de março de 2019; -----
 - E-mail da Direção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), ao Sr. Presidente da
-



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- Assembleia Municipal, remetendo apelo da FENPROF sobre o DL n.º 21/2019, relativo à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais na área da educação; -----
- E-mail da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer os “Prémios ANAM 2019”, atribuídos pela ANAM no intuito de distinguir diversos trabalhos no âmbito da ação das Assembleias Municipais; -----
 - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando as candidaturas apreciadas pelo júri relativamente aos “Prémios ANAM 2019”; -----
 - E-mail do Diretor da Revista das Assembleias Municipais – publicação trimestral da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando resposta a algumas questões relacionadas com esta Assembleia Municipal, para efeitos da preparação do n.º 10 da referida Revista; -----
 - E-mail do Gabinete de Apoio do Sr. Presidente da Câmara Municipal (dando cumprimento a despacho do Sr. Presidente da Câmara), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, ofício da Inspeção-Geral de Finanças sobre “Ação de controlo ao Município de Santa Maria da Feira (Controlo da lei dos compromissos e pagamentos em atraso) - Comunicação de homologação do relatório”; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a degradação e o abandono da Estrada Nacional n.º 109-4, em Santa Maria da Feira;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 de abril de 2019; -----
 - E-mail da Comissão Política Concelhia do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subscrito pelo membro deste Órgão – Ângelo Santos, sobre “questões técnicas relacionadas com o Ambiente” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da



- Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, solicitando o envio aos membros desta Assembleia Municipal do convite para estarem presentes na sessão pública de debate do documento de revisão da Carta Educativa, que se realizou no dia 7 de junho de 2019 – o qual foi reencaminhado, por e-mail, aos membros desta Assembleia Municipal;-----
 - Convite do Pe. Arnaldo dos Prazeres Farinha, pároco do Vale, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir à Eucaristia de homenagem ao Pe. Manuel Santos Silva, por ocasião do 5.º aniversário do seu falecimento, que se realizou no dia 4 de junho de 2019;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Ambiente e da Transição Energética à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia sobre maus cheiros provocados pela ETAR da Remolha, em Santa Maria da Feira;-----
 - Ofício da empresa Wiremaze, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando a sua solução “wireMeet”, que visa aproximar as autarquias dos cidadãos através de soluções digitais;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de abril e 6 de maio de 2019;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o Projeto de Lei n.º 1097/XIII (Criação da Freguesia de Pigeiros, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda, e o Projeto de Lei n.º 1098/XIII (Criação da Freguesia de Caldas de São Jorge, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda, solicitando fosse remetida àquela Comissão o parecer emitido por esta Assembleia Municipal relativamente aos referidos Projetos de



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- Lei;-----
- E-mail da Sr.^a Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião realizada por aquele Conselho no dia 19 de junho de 2019, informando a ordem de trabalhos da mesma;-----
 - E-mail da Sr.^a Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, solicitando que os membros desta Assembleia Municipal fossem informados do adiamento da sessão pública de debate do documento de revisão da Carta Educativa, que estava prevista realizar no dia 7 de junho de 2019 e que passou para o dia 19 de julho de 2019 – o qual foi reencaminhado, por e-mail, aos membros desta Assembleia Municipal; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre o atentado à segurança ferroviária e rodoviária em Fornos, Santa Maria da Feira; ----
 - Convite da Sr.^a Presidente da Assembleia de Freguesia de São Paio de Oleiros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Assembleia Comemorativa do XXVIII Aniversário de Elevação de S. Paio de Oleiros a Vila, realizada no dia 20 de junho de 2019, bem como a participar na tradicional “Festa das Coletividades”, que se realizou de 21 a 23 do mesmo mês;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 17 de junho de 2019;-----
-



- E-mail do membro deste Órgão – Lúcia Catarina Fernandes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, por motivos pessoais, solicitando ser substituída na referida sessão, nos termos regimentais;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Tiago Amorim Carneiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, por se encontrar ausente do país, solicitando ser substituído na referida sessão, nos termos regimentais; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Carmindo Bastos;-----
- E-mail da Omnitur – Agência de Viagens e Turismo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo proposta de alojamento para o XXIV Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de maio de 2019;-----
- Convite do Pe. José Carlos Ribeiro – Vigararia de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Procissão da Solenidade de Corpo de Deus, que se realizou no passado dia 20 de junho de 2019; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019; -----
- E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo-lhe, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, ata da última reunião do Conselho Municipal bem como o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020, apreciados na reunião realizada por aquele Conselho no dia 19 de junho



dey
th
dey

- de 2019; -----
- E-mail da Chefe de Divisão da Educação, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando-lhe, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, link de acesso ao documento provisório da revisão da Carta Educativa, assunto apreciado na reunião realizada por aquele Conselho no dia 19 de junho de 2019; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda de 1 ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda de 1 ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Balneários da Escola de Paços de Brandão” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
 - E-mail do cidadão Alferes Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de junho de 2019, para falar da “questão do fim da agregação das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - Convite do Presidente da Comissão de Festas em honra da Rainha Santa Isabel, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir às cerimónias religiosas – missa solene e procissão – da Festa em referência, a realizar no dia 14 de julho de 2019;-----
 - Ofício da G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC. Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a Certificação Legal de Contas, o Relatório e Parecer do Auditor Externo e a Certificação das Contas Consolidadas, referente ao exercício de 2018 do Município de Santa Maria da Feira;-----
 - Convite da Direção Regional da Cultura do Centro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Conferência Internacional “Cultura, Território e Desenvolvimento”, a realizar nos dias 11 e 12 de julho de 2019; -----



cep.
HA
24/6/19

- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 3 documentos para serem apreciados – 1 moção e 1 voto de protesto do BE e 1 recomendação do CDS-PP – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE), que apresentou e explanou a moção e o voto de protesto que, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – REFORÇO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

O Concelho de Santa Maria da Feira tem uma população de aproximadamente 140 mil habitantes, em 21 freguesias, dispondo apenas de duas escolas secundárias. Uma na sede do concelho, outra em Fiães. -----

Este concelho tem uma área superior a 200 km² e uma rede de transportes coletivos bastante débil, o que torna difíceis as deslocações no interior do Concelho. -----

Uma parte das necessidades do Concelho tem vindo a ser suprida por escolas com contrato de associação. A necessária racionalização destes contratos foi importante para a valorização da Escola Pública no Concelho, mas acarreta exigências de investimento na rede pública. -----

O cumprimento do princípio constitucional da universalidade da escola pública é uma obrigação do Estado, sendo inadequado o recurso de forma permanente a privados para assegurar o ensino público neste concelho. A natureza religiosa destas escolas também põe em causa o princípio de que o ensino público não deve ser confessional. -----

Uma das escolas básicas que tem condições para ser ampliada, de forma a receber o Ensino Secundário, é a Escola Básica de Paços de Brandão. Esta escola, sede do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão tem atualmente 735 dos 1491 alunos do Agrupamento, 75 docentes e 44 funcionários não docentes. Com este número de alunos, por si só asseguraria o



Handwritten signature and initials in the top right corner.

número de alunos necessário à existência de Ensino Secundário. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 24 de junho de 2019, delibera: -----

Apoiar a criação de mais oferta pública de ensino no concelho de Santa Maria da Feira, nomeadamente através da criação de ensino secundário na Escola Básica de Paços de Brandão.” -----

“VOTO DE PROTESTO – MAIS UM DESPEDIMENTO COLETIVO LEVADO A CABO PELO GRUPO PIEDADE -----

Uma vez mais o Grupo Piedade, que pertence ao grupo francês Oeneo, com sede em Fiães, no concelho de Santa Maria da Feira, anunciou a intenção de avançar com mais um despedimento coletivo, que atingirá 42 trabalhadores. -----

Segundo as informações disponíveis o despedimento coletivo abrange todos os operários afetos à produção e deverá concretizar-se até ao prazo máximo de 6 de agosto, altura em que será encerrado o fabrico de rolhas. -----

A confirmar-se este despedimento, a empresa fica com apenas cinco funcionários que, alegadamente, se dedicariam, em exclusivo “à gestão de stocks e venda de ativos” dessa e de outras unidades do Grupo Piedade. Esta situação é deveras preocupante e tem deixado alarmados os trabalhadores que temem a perda dos seus postos de trabalho e representa um forte flagelo social na região. -----

Para este grupo, o despedimento coletivo tornou-se recorrente. Este despedimento sucede-se a um outro feito recentemente na Pietec. Em ambos os casos, o grupo diz não estar a passar por dificuldades económicas, pelo que o despedimento de trabalhadores se fica a dever apenas e só à vontade de maximizar lucros à custa dos trabalhadores. -----

Estas práticas não podem passar em branco e devem merecer o repúdio e o protesto dos órgãos municipais e daqueles que foram eleitos enquanto representantes dos municípios. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 24 de junho de 2019, manifesta o seu protesto pela intenção de o Grupo Piedade ter a intenção de proceder a mais um despedimento coletivo no concelho de Santa Maria da Feira.” -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou a recomendação



seg.
MA
B. B.

que, seguidamente, se transcreve: -----

“RECOMENDAÇÃO – MONTAGEM DE EVENTOS -----

Construir a Viagem Medieval sem que isso se converta num crime ambiental. -----

O CDS/Feira, ao longo dos anos, tem constatado que as várias equipas que instalam a infraestrutura que suporta a Viagem Medieval, não têm a sensibilidade e o cuidado de preservar as árvores centenárias existente à volta do Castelo, afixando os mais diversos equipamentos com pregos e parafusos chegando a atravessar as mesmas. -----

Considerando que o Perlim, o Imaginárius e a Viagem Medieval são eventos de excelência culturais/lúdicas, deveriam ter em conta o enquadramento do local sem prejudicar o espaço ambiental. -----

Assim, Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 24 de junho de 2019, recomenda: -----

Que toda a infraestrutura técnica que é da responsabilidade da Câmara Municipal respeite as normas ambientais. -----

Que a Câmara Municipal pressione as outras entidades responsáveis pela execução e colocação das estruturas técnicas, para respeitarem também elas as normas ambientais.”-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por aludir à moção relativa ao reforço do ensino secundário no Concelho, apresentada pelo BE, para dizer que tal reforço é algo que a CDU tem vindo a defender há largos anos, designadamente através da criação de uma nova escola secundária no Município. -----

Referiu poder constatar-se que um município vizinho de Santa Maria da Feira tem um rácio muito maior de escolas secundárias face à população que tem, pelo que considera fazer todo o sentido que o ensino secundário seja reforçado no Município de Santa Maria da Feira, quer pela população quer pela área geográfica que tem. -----

Disse ser verdade que, atualmente, há menos jovens a estudar em Santa Maria da Feira, que a pirâmide etária está invertida, mas que também é sabido que existem jovens que saem de Santa Maria da Feira para irem estudar para outros municípios. Realçou que, portanto, talvez seja de pensar em potencializar a rede de escolas em Santa Maria da Feira, comentando que melhores conclusões serão tiradas quando a revisão da Carta Educativa do Concelho estiver concluída, mas que, enquanto tal não acontece, a CDU continuará a votar favoravelmente as



dy
H
E

propostas que visam a criação de uma nova escola secundária no Concelho.-----

Quanto ao voto de protesto relacionado com o despedimento coletivo levado a cabo pelo Grupo Piedade, salientou que, evidentemente, também o iria votar a favor. Disse que a situação em causa explana bem aquilo que é o capitalismo selvagem, em que um dos maiores grupos económicos do setor da cortiça, que dá lucro e que recebe benefícios fiscais do Estado português, entende despedir trabalhadores porque a empresa, apesar de dar lucro, não dá o lucro pretendido pelo Grupo. Referiu considerar que, à escala nacional e até europeia, há a necessidade de uma maior regulamentação para que se evitem tais situações. -----

Em relação à recomendação apresentada pelo CDS-PP fez notar que, de igual modo, a iria votar a favor, acrescentando que a CDU partilha da preocupação porque entende que não faz sentido nem há necessidade, por parte dos organizadores de eventos no Município, de estarem a prejudicar a flora, realçando que isso é pura falta de respeito e que existem alternativas a essas práticas. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira incentivou a Câmara Municipal a tornar os eventos municipais mais ecológicos, comentando que um modo de o fazer é por implementar a separação do lixo. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS acompanha a moção referente ao reforço do ensino secundário no Concelho porque essa é uma posição que já vem tendo, há alguns anos a esta parte, uma vez entender que Santa Maria da Feira peca por defeito no que concerne ao número de escolas secundárias. -----

Referiu que, como já mencionado, existe um concelho vizinho que tem uma oferta muito maior tendo em conta a população que tem, realçando que é fundamental aumentar a oferta do ensino secundário no Município de Santa Maria da Feira, criando-se pelo menos mais uma escola secundária, pelo que o grupo municipal do PS apoia a moção trazida pelo BE. -----

Em relação ao voto de protesto devido ao despedimento coletivo levado a cabo pelo Grupo Piedade, disse que o grupo municipal do PS também o ia acompanhar, comentando que o iria fazer com alguma excecionalidade porque o que é privado, é privado, e o que é público, é público, ressaltando que, por vezes, não se devem misturar as coisas. Salientou que, contudo, entende que o caso em concreto já extravasou o âmbito do privado, fazendo sobressair que o despedimento coletivo foi criado para situações de crise, que levam as empresas a não



conseguirem manter os postos de trabalho, mas que, neste caso, trata-se de uma empresa que dá lucro. -----

Referiu que poderá estar a ser abusivo o sucessivo recurso ao despedimento coletivo, mais parecendo que se compra uma empresa para, depois, a desmantelar ou para atingir outros interesses, acrescentando tratar-se de uma empresa cujo projeto de investimento foi reconhecido como PIN – Projeto de Interesse Nacional, que recebeu apoios públicos para criar postos de trabalho, mas que, agora, está a diminuí-los, não cumprindo esse desígnio de aumentar o número de postos de trabalho. -----

Em relação à recomendação apresentada pelo CDS-PP disse que a mesma também não oferece dúvidas, que o recomendado é da mais elementar justiça e deve ser cumprido, acrescentando ser do entendimento que tais práticas, de pregar e aparafusar nas árvores, até consubstanciará em alguma ilegalidade dado que poderá causar alguma contaminação ambiental. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que o importante é que os eventos organizados pela Câmara Municipal não façam mal ao ambiente, pelo que, por essa razão, o grupo municipal do PS também iria acompanhar essa recomendação do CDS-PP. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, começando por aludir à recomendação do CDS-PP, disse que o princípio defendido na mesma está absolutamente correto, mas que lhe cumpre dizer que os funcionários da Câmara, que trabalham em todos os eventos culturais que a Câmara promove, não andam a espetar pregos nas árvores porque têm instruções absolutas para não o fazer, comentando ser preciso que fique claro que essas instruções e regras não só foram dadas como estão a ser implementadas. Fez notar que o grupo municipal do PSD iria apoiar a recomendação porque essa prática já é adotada pela Câmara. -----

Sobre a questão do despedimento coletivo levado a cabo pelo Grupo Piedade realçou que o despedimento nunca é agradável para as pessoas e famílias afetadas, mas que o concelho de Santa Maria da Feira não tem, felizmente, o problema do desemprego, pelo que a dinâmica das empresas do Concelho conseguirá absorver, de forma muito fácil, esses 42 trabalhadores. - Fez notar que o grupo municipal do PSD, apesar de registar com pesar sempre que há um acontecimento destes, vota contra o voto de protesto por entender que a Assembleia Municipal não tem que se imiscuir em assuntos privados, que não lhe dizem respeito.-----



99.
11/11/19

Sobre a moção relativa ao reforço do ensino secundário no Concelho referiu que o PSD já vem defendendo, há muitos anos, mesmo no tempo em que o Colégio de Lamas funcionava na sua plenitude, que é necessária uma terceira escola secundária no Concelho. Frisou que o que lhe parece é que, em primeiro lugar, se lança uma bomba para, a seguir, se apelar à paz, salientando que o BE teimou em fazer fechar o Colégio de Lamas, através da sua política de terra queimada, pelo que considera caricato que seja o BE a apresentar esta moção dado que o Colégio de Lamas proporcionava, a todos os alunos, o acesso ao ensino secundário sem qualquer custo e com instalações de primeira linha. -----

Realçou que o PS também se sente incomodado porque alinou com o seu parceiro, o BE, na destruição do Colégio de Lamas, fazendo sobressair que tal facto é ainda mais grave porque, como salientou, mesmo na altura em que o Colégio de Lamas estava em pleno funcionamento, já havia necessidade de uma terceira escola secundária no Concelho. -----

Disse ser evidente que o encerramento do Colégio de Lamas criou agravados problemas porque muitos alunos tiveram de ir estudar para concelhos vizinhos, uma vez que as duas escolas secundárias existentes não se mostraram suficientes para dar resposta às necessidades.

Reafirmou ser caricato que seja o BE a trazer a moção até porque a escola secundária em Paços de Brandão está contemplada na nova Carta Educativa, acrescentando que o BE nem sequer participou na discussão da mesma e, mesmo assim, teve o desprazer de vir a esta Assembleia Municipal apresentar a moção, depois de ter fechado o Colégio de Lamas. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão repetiu que o BE lança uma bomba atómica e, depois, vem apelar à paz, frisando que isso é a demagogia perfeita. -----

Interveio, novamente, o membro **Pedro Ferreira** (BE) que começou por dizer, a respeito da questão do despedimento coletivo efetuado pelo Grupo Piedade, considerar curioso ver que, passados 4 anos, ainda existe no PSD de Santa Maria da Feira o espectro de Pedro Passos Coelho, dado que ouviu o membro José Leão dizer que as pessoas despedidas não de arranjar emprego, que a dinâmica do Concelho vai integrar as pessoas que vão ser despedidas, fazendo lembrar o antigo Primeiro-Ministro, Passos Coelho, quando este dizia que o desemprego era uma nova oportunidade para as pessoas. -----

Salientou que o BE não partilha desse modo de ver as coisas, que não se associa a esse proceder de somente lamentar que tais situações aconteçam, ressaltando que o BE entende



99
H
D

que a Assembleia Municipal, para além de lamentar a situação, também pode aprovar um voto que repudia esse tipo de ações. Disse que o BE nota, com alguma estranheza, que o PSD ainda não tenha saído desse tipo de mentalidade, de que o desemprego é uma nova oportunidade. -----

Sobre a moção relativa ao reforço do ensino secundário destacou que a mesma, em nenhum momento, faz alusão ao Colégio de Lamas, mas que aquilo que verificou foi que o Colégio de Lamas foi o centro da discussão da moção. Clarificou que aquilo que o BE quer é, efetivamente, o reforço do ensino secundário em Santa Maria da Feira, que seja criada uma nova escola secundária porque é essa a necessidade que o Concelho tem, frisando ser tão simples quanto isso.-----

Referiu que o concelho de São João da Madeira, por exemplo, tem três escolas secundárias e que o de Santa Maria da Feira, que tem uma maior dimensão, apenas tem duas, realçando que se o PSD anunciou votar favoravelmente a moção, então que deveria retirar a questão que lançou quando disse que aquilo que o BE veio fazer a esta Assembleia foi lançar uma bomba ideológica.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Ferreira disse notar, também com alguma estranheza, que os dois documentos trazidos pelo BE a esta sessão tenham servido de arma de arremesso ideológica.-----

Usou novamente da palavra o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP), o qual começou por dizer que queria deixar claro que, na recomendação que apresentou, o CDS-PP não questiona os funcionários do Município, mas sim aqueles que permitem e que fiscalizam a instalação das infraestruturas, sejam públicas ou privadas, comentando que, no Festival Imaginarius que terminou há poucos dias, tal situação se voltou a repetir. -----

Quanto à afirmação de que os funcionários municipais têm ordens para não utilizar tais métodos de fixação, disse querer acrescentar que, na última edição da Viagem Medieval, até um cilindro de água quente estava aparafusado às árvores, frisando que tal situação é caricata e dá mau aspeto a quem visita o evento. Disse esperar que, na edição da Viagem Medieval de 2019, tais situações não se verifiquem e que as mesmas façam parte do passado. -----

Referiu, em relação à moção sobre o reforço do ensino secundário em Santa Maria da Feira, que a iria acompanhar porque o CDS-PP também defende que Santa Maria da Feira necessita



29.
HP
Eduardo

de mais uma escola secundária, e que, para além disso, entende que a mesma não se deve localizar na cidade de Santa Maria da Feira, para se descentralizar e dar oportunidade à restante população do Concelho de poder estar mais próxima desse tipo de equipamentos. -----
Sobre o voto de protesto disse que é sempre um motivo de preocupação quando acontece um despedimento no Município, seja do foro público ou privado, mas que, no caso em concreto, tratando-se de uma empresa privada, entende que tal assunto não diz respeito a esta Assembleia Municipal, ressaltando haver legislação, instrumentos e entidades para tratar destes assuntos. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos referiu que, contudo, como tal assunto não é presente à Assembleia em forma de recomendação, mas sim como um voto de protesto, o CDS-PP entende poder acompanhar e estar solidário com o mesmo. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS), o qual começou por dizer que a moção relacionada com o reforço do ensino secundário em Santa Maria da Feira lhe causa alguma estranheza e confusão porque, conforme é sabido, o Município tem uma estrutura etária que já é praticamente invertida, tendendo a ter um número cada vez menor de jovens a chegar aos vários escalões de ensino. -----

Salientou que o princípio que o PS, BE e PCP aprovaram na Assembleia da República, e no seu entender bem, defendia a extinção dos contratos de associação onde existisse, nas zonas de proximidade, escolas públicas para acolher esses alunos. Referiu que esse princípio está implementado e que, no caso do Colégio de Lamas, se chegou à conclusão que não havia necessidade do mesmo ter turmas abertas para o ensino secundário porque existiam escolas públicas na zona, como em Espinho ou noutras regiões, que podiam perfeitamente receber esses alunos. -----

Disse que, portanto, não estava a perceber por que motivo é que se haveria de construir uma nova escola secundária no Município, com todos os encargos que isso acarreta. -----

Realçou que se lhe estivessem a dizer que seria para reaproveitar parte da Escola Básica de Paços de Brandão e, sem grandes custos, conseguir transformá-la numa escola secundária, ainda conseguiria compreender, mas que se for para construir uma nova escola secundária, quando se percebeu, através da extinção do contrato de associação com o Colégio de Lamas, que todos os alunos afetados tiveram colocação nas escolas públicas nas proximidades dentro



dos princípios que foram definidos, então que não vê qual é a necessidade de se construir uma nova escola pública, pelo que iria votar contra esta moção. -----

Interveio, novamente, o membro *José Manuel Leão* (PSD), que começou por comentar que deveria estar a perder algumas qualidades uma vez que não conseguiu fazer-se perceber, pelo que iria tentar transmitir a sua ideia de outra maneira. -----

Referiu que, por outro lado, também ficou algo confuso ao ouvir algumas intervenções, realçando que o BE foi o grande mentor para acabar com os contratos de associação, entre os quais com o do Colégio de Lamas, pelo que estranhou que tivesse sido o BE a vir apresentar a moção e, daí, entender que isso é a mesma coisa que o incendiário vestir, depois, a farda de bombeiro. -----

Salientou que, entretanto, apareceu o PS a dizer, após ter andado a denegrir o Colégio de Lamas quando o mesmo tem instalações ótimas e tem uma direção técnica e científica de excelência, que não é a favor de que seja aumentada a escola EB 2,3 de Paços de Brandão e, através desse aumento, receber o ensino secundário. -----

Fez sobressair, a esse respeito, que já na altura em que o Colégio de Lamas tinha turmas do ensino secundário o PSD sentia a necessidade de haver uma nova escola secundária naquela área do Concelho. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão disse considerar incrível essas posições do BE e PS, mas que, como lhe parece que tudo anda ao contrário, talvez não seja ele que não se faça entender, mas sim ele próprio que não entende. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção “Reforço do ensino secundário no concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 29, PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 1 voto contra (PS – Daniel Gomes), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



log
14
E

Entraram os membros Juliana Rocha e António Valdemar Ribeiro. -----

- *Voto de Protesto "Mais um despedimento coletivo levado a cabo pelo Grupo Piedade", apresentado pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), 31 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Manuel de Almeida), rejeitar o voto de protesto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação "Montagem de Eventos – Construir a Viagem Medieval sem que isso se converta num crime ambiental", apresentada pelo CDS-PP:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 31, PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

Entraram os membros José Jesus Castro, Rosa Maria Silva, Eduardo Pereira da Rocha e Luís Filipe Silva. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por colocar uma questão relacionada com as obras levadas a cabo pela concessionária Indaqua em todo o município de Santa Maria da Feira. Referiu que a Indaqua, quando procede aos cortes no abastecimento de água, a única informação que dá aos seus clientes é a que consta do seu site na internet, pelo que qualquer cidadão está sujeito a abrir a torneira de manhã e não ter água, e a única maneira de saber o porquê disso é consultar o site da Indaqua. Salientou que, para além dessa questão, o aviso que consta no site nunca refere o período do corte de abastecimento, pelo que não se sabe se dura cinco minutos, uma hora, uma manhã ou um dia inteiro. -----



Referiu que tal situação aconteceu, há cerca de três semanas, no lugar da Cruz, e que vai acontecer, ou até já aconteceu, em Santa Maria de Lamas, pelo que deixava a sugestão no sentido de a Câmara Municipal intervir junto da Indaqua para que a aquela empresa informe os clientes quando e qual o período estimado do corte de água, frisando ser assim que qualquer empresa, seja privada ou pública, deve fazer. -----

Salientou que outra questão diz respeito ao site da Viagem Medieval, realçando que, numa altura em que a realização desse evento se avizinha, o site do evento esteve inacessível, pelo menos durante o último fim de semana, comentando que, pelo que percebeu, tal situação se deveu à falta de pagamento do espaço, até porque a mensagem que aparecia era que o nome do site estava à venda. -----

Disse ser também interessante verificar que, apesar de ser verdade que tem havido muita animação cultural no Município e que tem havido uma grande melhoria nesta área ao longo dos anos, a única agenda que chega a sua casa, situada no Concelho de Santa Maria da Feira, é a agenda cultural de Espinho, nunca lhe tendo chegado a agenda cultural de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que outra questão é relativa ao atraso do novo site da Câmara Municipal, bem como à falta de um site próprio da Assembleia Municipal onde conste a informação relativa à atividade que desenvolve. Salientou ser sabido que a Assembleia Municipal é um órgão que tem dificuldades em chegar à população, pelo que considera ser preciso potenciar este órgão e que isso deve começar por melhorar as condições da sala onde habitualmente se realizam as sessões, designadamente melhorando a qualidade do som para que, em qualquer parte da mesma, os jornalistas possam captar o som com boa qualidade, comentando que isso seria extremamente fácil de concretizar. -----

Prosseguindo a sua intervenção, disse que outra questão diz respeito às corridas que têm sido organizadas no Concelho, salientando que, pela informação que chegou à CDU, tais eventos são organizados por uma associação. Referiu não saber se essa associação realmente existe porque, na verdade, ou são funcionários da Câmara ou da Feira Viva que estão a fazer as tarefas quando, supostamente, deveriam ser feitas por funcionários dessa associação, acrescentando que, para além disso, existe a questão do impacte ambiental que muitas dessas corridas têm deixado ao longo do Município. -----

Salientou que a última questão que queria deixar à Câmara é concernente à empresa P.



Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A., perguntando se a mesma está a cumprir com os pagamentos devidos à Câmara Municipal, dizendo colocar essa questão porque, por aquilo que a CDU tomou conhecimento logo após a aprovação do acordo celebrado entre o Município e a P. Parques, essa empresa estava a praticar um furto, com dolo, às pessoas que estacionavam e que pagavam o estacionamento.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira questionou se Município já recebeu o visto do Tribunal de Contas relativamente ao acordo que celebrou com a P. Parques, fazendo notar que, pelo que sabe, o Tribunal de Contas tinha 30 dias para o fazer, mas que a Câmara ainda não informou os feirenses sobre qual foi a resposta dada pelo Tribunal de Contas.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara tem anunciado que a Câmara está a adquirir terrenos na zona envolvente ao Castro de Romariz, questionando qual o ponto da situação, se já há terrenos adquiridos e se já foram feitas as respetivas escrituras. -----

Referiu que outra questão tem a ver com uma proposta que o CDS-PP apresentou na Assembleia Municipal, em que propunha um conjunto de apoios para os bombeiros, ressaltando que um outro partido já havia apresentado uma proposta similar mas que ambas foram reprovadas com o argumento de que a Câmara Municipal já estava a tratar desse processo. Questionou se esse documento, onde constará os apoios a conceder aos bombeiros, está, ou não, prestes a ser concluído e a ser tornado público.-----

Concluindo, disse que também gostava de saber se as moções que foram aprovadas por esta Assembleia, no respeitante ao uso de herbicidas, já foram feitas chegar à empresa que, principalmente no centro da cidade de Santa Maria da Feira, tem andado a lavar os pés a muita gente com herbicida. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por questionar ao Sr. Presidente da Câmara se lhe sabia informar se todas as escolas que estão sob a alçada da Câmara Municipal têm plano de emergência, tal como está definido pela lei em vigor. -----

Referiu que outra questão diz respeito aos transportes que a Câmara Municipal subcontrata a empresas privadas, para diversas situações relativas ao transporte dos alunos dos diversos agrupamentos do Concelho, realçando que tais transportes estão, por norma, associados à



prossecação de atividades promovidas pela própria Câmara, sendo que os estabelecimentos escolares recebem diretrizes operacionais do serviço educativo municipal. -----

Salientou verificar-se que esses autocarros não cumprem a legislação em vigor no que toca à segurança dos alunos, nomeadamente no respeitante ao uso de cintos de segurança com 3 pontos de fixação e com sistemas de retenção devidamente homologados. Nesse âmbito, questionou qual o motivo para a Câmara descurar a segurança do transporte dos alunos e, em caso de acidente, quem será responsabilizado. -----

Concluindo a sua intervenção, questionou se o centro veterinário vai ou não avançar, e, se sim, para quando está prevista a sua conclusão, lembrando que essa foi uma promessa que o Sr. Presidente da Câmara fez na última campanha eleitoral. -----

Interveio a deputada municipal *Fátima Oliveira* (PS) que começou por dizer que, há cerca de duas semanas, foi apresentado aos caldenses o projeto de requalificação da zona envolvente das Termas de São Jorge. Referiu que, antes de mais, congratula-se pelo facto de a Câmara Municipal ter, finalmente, colocado na sua agenda a revitalização de uma área que é única no Concelho e que necessita, há muito, de uma intervenção mais ampla e profunda. -----

Salientou que, respeitando todas as opiniões, algumas muito controversas e polémicas, e salvaguardando a falta de termo de comparação com outras soluções que, eventualmente, pudessem surgir para o local, queria ressaltar três aspetos. -----

Disse que o primeiro está relacionado com a pérgula que existe junto ao passeio da fonte, realçando ser um marco na imagem daquele espaço e que foi dito que a mesma se iria manter intacta, na sua dimensão, forma e localização, e que os caldenses esperam que assim seja. -----

Referiu também esperar que se mantenham os plátanos saudáveis no jardim frontal à antiga entrada das Termas, acrescentando que, segundo o transmitido, existem 2 ou 3 plátanos que estão em final de vida e que terão de ser removidos, mas que, contudo, existem outros que são centenários e que justifica serem mantidos. -----

Salientou que o terceiro aspeto tem a ver com o parque infantil que se vai manter, ainda que noutra local. Sobre essa mudança disse que, atendendo a que todo o espaço envolvente às Termas e junto do Coreto se tornará acessível, sem muros e sem quaisquer degraus, parece-lhe óbvio que seria um grande risco, para a ocorrência de acidentes, caso se mantivesse o parque infantil no mesmo local. Referiu que, no entanto, essa possibilidade



Handwritten signatures and initials

surgiu na sessão da Assembleia de Freguesia, pelo que questionava se essa opção foi discutida. -----

Prosseguindo a sua intervenção, disse respeitar e compreender a discordância de muitos caldenses em relação a este projeto, pois trata-se de um local que é a menina dos olhos de Caldas de São Jorge, é um local que faz parte das mais belas memórias de infância e juventude de muitos e, portanto, tem uma culturalidade inerente que é importante preservar.---

Referiu que, por isso, queria agradecer ao Sr. Vereador António Topa Gomes por se ter deslocado a Caldas de São Jorge para apresentar o projeto e se ter disponibilizado para ouvir e esclarecer a população, acrescentando considerar que fazer política é ter tal proximidade com as preocupações das pessoas.-----

Realçou que, dada a sensibilidade que implica mexer no local em questão, deixava o apelo para que se fizesse uma sessão pública de esclarecimento exclusivamente para se falar sobre este assunto, dando mais tempo aos caldenses, e aos feirenses, para exporem as suas dúvidas e darem as suas sugestões.-----

Ressalvou que, na Assembleia de Freguesia, surgiram algumas sugestões que lhe parecem pertinentes, fazendo notar que, embora algumas possam até parecer insignificantes, o certo é que se fossem incluídas no projeto poderiam ser cruciais para uma maior aceitação do mesmo, pelo que deixava à consideração a realização dessa sessão pública no sentido de eliminar alarmismos e chamar a população à participação.-----

Concluindo a sua intervenção, questionou qual o ponto de situação relativamente ao hotel previsto construir em Caldas de São Jorge, se vai, ou não, haver a reversão do terreno e para quando. -----

Interveio a deputada municipal *Ana Cunha* (PSD), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“O Partido Social Democrata não podia deixar de se congratular com o excelente momento de encontro e partilha entre os parceiros sociais do Concelho, ocasionado na 6.ª Edição do Mosaico Social, entre 13 e 16 de junho, na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande.-----

Trinta stands, um total de quatrocentas entidades envolvidas, porque o Município, a ADRITEM e a rede social concelhia continuam a acreditar que “Em Rede Fazemos a



923
14
24/06/2019

Diferença". -----

O Mosaico Social realiza-se de 2 em 2 anos. Este ano, em torno das questões despoletadas pelo envelhecimento demográfico, os agentes locais assumiram o compromisso de desenhar, criar e implementar soluções que contribuam para a resolução de grandes desafios, como a Longevidade, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aspirações globais para 2030, bem como com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. -----

Todos foram envolvidos: com espaços dedicados às crianças, até às Olimpíadas Seniores; desde a decoração até à animação. A 6.ª Edição do Mosaico Social congregou dança, conto, desporto, culinária, agricultura, música, novas tecnologias, reflexão e partilha de experiências, abraços! Culminou na Gala "Prémio Concelho Solidário", um dos momentos altos, pela homenagem e reconhecimento prestado às entidades concelhias que promovem o desenvolvimento social do território, tendo sido distinguidas sete entidades e três empresas. --- De destacar, o papel da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, pelo envolvimento na organização do evento, bem como o excelente trabalho desenvolvido pelos parceiros que compõem a rede social concelhia (nomeadamente IPSS, centros sociais, associações e coletividades, fóruns sociais de freguesia).-----

Foi um Mosaico em cheio! Com todas as peças em verdadeira partilha e celebração, contribuindo para um concelho socialmente mais coeso."-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. Sobre a questão relacionada com a Indaqua, de que não estará a avisar devidamente quando efetua cortes no abastecimento de água, disse ter dúvidas que tal aconteça até porque a Indaqua está obrigada a informar os consumidores quando efetua algum corte, ressaltando que, contudo, não se pode confundir o corte programado com o corte não programado, fazendo notar que quando há, por exemplo, uma rotura na conduta é óbvio que não é possível avisar com antecedência. Frisou ser uma obrigação da Indaqua avisar quando os cortes são programados pelo que, se algum morador tiver alguma queixa, deve fazer chegar a mesma à Câmara para que esta tome as medidas necessárias, acrescentando que a Câmara não tem conhecimento de que tenha acontecido alguma situação desse género. -----



op.
1/4
[Signature]

Em relação ao site da Viagem Medieval disse que o mesmo não pertence à Câmara e que desconhece que o site tenha estado em baixo. -----

Sobre o novo site da Câmara disse ser verdade que há um atraso, explicando que o mesmo se deve à questão da integração de várias soluções no site, incluindo as urbanísticas, informando tratar-se de uma questão técnica complexa e que a Câmara está dependente dos programadores do site. -----

Em relação à P. Parques informou que essa empresa está a pagar à Câmara e que tem tudo em dia. Sobre a questão relativa às pessoas que foram prejudicadas, deu nota que foram dois casos e que essas pessoas já foram ressarcidas.-----

Relativamente à questão do visto do Tribunal de Contas ao acordo celebrado com a P. Parques, disse não ser habitual a Câmara vir informar se o Tribunal de Contas deu, ou não, o visto, mas que é óbvio que se o contrato está em vigor é porque aquele Tribunal deu o devido visto. -----

De seguida, aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, informou que a Câmara já comprou alguns terrenos na envolvente do Castro de Romariz e que está a negociar outros, tendo já alguns terrenos escriturados.-----

Sobre os incentivos aos bombeiros deu nota que está a ser feito um ponto de situação porque, entretanto, saiu legislação nacional que concede alguns incentivos, pelo que a Câmara, através do Sr. Vereador da Proteção Civil, está a analisar o assunto para ver de que forma é que se pode complementar no que respeita aos apoios a conceder aos bombeiros.-----

Quanto à utilização de herbicida referiu que a Câmara deu instruções à SUMA, que é a empresa que faz a limpeza da cidade de Santa Maria da Feira, para não usar herbicida. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Pedro Ferreira disse que as escolas têm planos de emergência e fazem simulacros. -----

Sobre a afirmação de que os autocarros não cumprem as regras de segurança, disse que tal fiscalização compete à polícia e que se as empresas transportadoras não cumprirem a legislação são autuadas, pelo que tal situação não pode acontecer. Referiu que essa preocupação não é exclusiva da Câmara, que é também da polícia e dos próprios proprietários dos autocarros.-----

Em relação ao centro veterinário informou que o mesmo vai avançar, dando nota que a Câmara teve de pedir parecer à Infraestruturas de Portugal, S.A. porque o mesmo vai ser



construído no estaleiro municipal, que está localizado em zona de proteção da via ferroviária da Linha do Vouga. Disse ser importante referir que o centro veterinário vai ser uma coisa pequena, que vai servir apenas para se realizar consultas veterinárias e para recolhas temporárias, realçando que o canil continuará a ser o canil intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, localizado em Ossela. -----

Quanto às questões colocadas pela deputada municipal Fátima Oliveira sobre o projeto de requalificação da zona envolvente das Termas de S. Jorge, informou que a pérgula vai ser mantida, que dos plátanos saudáveis só um vai ser retirado, e que outros três vão ser retirados por estarem doentes, e, em relação ao parque infantil, confirmou que o mesmo vai ser deslocado. -----

Deu nota que o projeto de reabilitação foi preparado com extremo cuidado, que primeiramente foi apresentado na Assembleia de Freguesia e, passados 3 ou 4 dias, foi apresentado à população em geral, sublinhando que o vereador António Topa Gomes esteve no terreno e ouviu as sugestões, comentando que algumas até são contraditórias porque enquanto alguns não querem trânsito, outros querem mais trânsito, enquanto uns não querem estacionamento, outros querem mais estacionamento, fazendo sobressair que os projetistas tiveram de fazer o balanço dessas pretensões e estabelecer um equilíbrio. -----

Disse considerar que o processo foi extremamente democrático e participado, que a população foi ouvida, e que entende ter sido um ato de grande coragem do Executivo avançar com a requalificação de um local que é, claramente, uma referência, não somente para as pessoas de Caldas de São Jorge, mas para toda a região. Referiu que se sabia, desde a primeira hora, que fosse qual fosse a opção arquitetónica, haveria sempre pessoas mais contentes e outras menos contentes, comentando que as obras trazem sempre esse desafio. -----

Salientou que, pelo que lhe foi transmitido pelo vereador António Topa Gomes, as pessoas participaram, quer na Assembleia de Freguesia quer na apresentação pública, e que a opinião das mesmas é quase unânime, ou seja, entendem que se trata de um bom projeto, acrescentando que, de qualquer maneira, se houver quem queira fazer alguma sugestão está a tempo de o fazer e os projetistas analisarão se a mesma tem enquadramento. -----

Relativamente à questão da construção do hotel informou que a Câmara vai iniciar o processo de reversão do terreno uma vez que a pessoa a quem foi feita a venda do mesmo, a um preço quase simbólico, para que ali fosse construído o hotel, tem vindo a usar todos prazos previstos



29
[Handwritten signature]

no contrato para protelar a construção, dando a entender à Câmara que não o vai construir. Disse que, perante isso, a Câmara vai avançar, muito em breve, com o processo de reversão do terreno para, depois, caso apareçam interessados, colocá-lo novamente à venda.-----
Sobre o Mosaico Social, de que falou a deputada municipal Ana Cunha, disse considerar importantíssimo dar nota da extraordinária realização que foi a 6.ª edição do Mosaico Social, comentando que, por vezes, esta Assembleia pronuncia-se sobre questões que, apesar de serem importantes, não são tão importantes como esta.-----
Disse que o evento se realizou durante 4 dias, tendo tido a presença dos maiores especialistas no que à área social diz respeito, em que a inovação social esteve sempre presente, no qual foi apresentado um grande programa de capacitação em parceria com a Universidade Católica, e com todo o reconhecimento ao trabalho de todos aqueles que se dedicam às causas sociais. ----
Frisou que, para além disso, e muito mais importante ainda, construiu-se uma comunidade em volta de todas as freguesias, designadamente através dos Fóruns Sociais de Freguesia, pelo que pode dizer que o Mosaico Social é, hoje, uma construção de Santa Maria da Feira que é única e que reflete, claramente, um Concelho Solidário.-----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que, por isso, também considera importante que seja dado este agradecimento e louvor a todos os que participaram no Mosaico Social.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Ata N.º 12 – Sessão Ordinária de 5 de abril de 2019-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 40 votos a favor, aprovar a ata em referência.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros José Castro, Luís Silva, Eduardo Rocha, Jorge Ferreira Ferreira, Jéssica Sousa,



dy.
J.A.
L.F.

Salomé Ventura, Carlos Garcez, José Carlos Silva, Anacleto Costa, Nuno Albergaria, José Henriques dos Santos e Fernando Pinho. -----

Saiu o membro Luís André dos Santos. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.553, em 17 de junho de 2019, que remete o III Relatório de 2019 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----

3 – Pedido de parecer da Assembleia Municipal a solicitação da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação sobre: -----

- Projeto de Lei n.º 1097/XIII (Criação da Freguesia de Pigeiros, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda -----

- Projeto de Lei n.º 1098/XIII (Criação da Freguesia de Caldas de São Jorge, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), da iniciativa do Bloco de Esquerda -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, informando que o mesmo foi agendado no seguimento do ofício n.º 89, de 30 de maio de 2019, do Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.391, em 4 de junho de 2019, que remete os projetos de lei em questão e solicita a emissão de parecer sobre os



9.
Edição

mesmos – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal.-----
Fez notar que foi também distribuído o extrato da ata da reunião camarária de 17 de junho de 2019, na parte relativa ao assunto em questão, para que os membros da Assembleia se pudessem inteirar da discussão tida nessa reunião. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que o mesmo fizesse uma breve explanação do que foi deliberado pela Câmara Municipal relativamente a esta matéria. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por informar que a Câmara Municipal, na sua reunião, deliberou, por maioria, emitir parecer desfavorável aos projetos de Lei em questão pela simples razão de que entende que a análise da eventual recomposição do número de freguesias no território deve ser feita num conjunto, na globalidade, e não de forma pontual. -----

Referiu que o Executivo Permanente já disse, por várias vezes, que entende que haver várias situações que devem ser analisadas e que algumas uniões de freguesias devem ser revertidas, mas que também entende que não faz sentido fazer isso num quadro isolado. -----

Disse que a Câmara é da opinião que se deve aguardar pela legislação que está a ser preparada pelo Partido Socialista, e, quando essa for publicada, se olhar para o território de uma forma conjunta e não de uma forma isolada, ressaltando ter sido nesse sentido que a Câmara Municipal deliberou, por maioria. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que o PCP tem apresentado, na Assembleia da República, ao longo do mandato em curso, propostas para que haja a reposição de todas as freguesias que foram extintas, salientando que esse processo de extinção não foi benéfico, nem para as populações nem para as finanças do Estado, muito pelo contrário. -----

Realçou que se, por um lado, é verdade que a reorganização das freguesias deve ser feita a nível nacional, também é verdade que há um projeto que está, neste momento, em discussão na ANAFRE, e que se o mesmo vier a ser validado, certamente numa legislatura futura, Pigeiros não se conseguirá tornar freguesia porque não tem a população necessária nem está à distância contemplada nesse projeto. -----

Referiu, a propósito do projeto que está em discussão, que o mesmo surgiu tardiamente



dy
M
Santos

porque o PS foi, ao longo de toda a legislatura, empurrando com a barriga para a frente todo este processo, recordando que o PS referiu, no início da legislatura, que iria tratar esta matéria, mas que, depois, não o fez, já nem o vai fazer até ao término da mesma. -----

Disse que Santa Maria da Feira, enquanto município, tem a oportunidade de reverter este processo para Pigeiros, dada a característica especial de haver uma petição que surgiu devido à mobilização da população de Pigeiros, a qual disse não querer estar agregada, que quer ter a sua Junta de Freguesia e quer ter um Poder local de proximidade. -----

Frisou que, portanto, considera que o Município está a perder a oportunidade de voltar a ter a freguesia de Pigeiros, de passar a ter 22 freguesias, ainda mais quando é sabido que os pigeirenses querem ter a sua freguesia e se desconhece quando é que o processo de reversão vai avançar, e se vai mesmo avançar, e, para além disso, se sabe que a proposta que está em cima da mesa poderá não viabilizar Pigeiros enquanto freguesia, indo contra os interesses dos pigeirenses. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Estamos aqui, mais uma vez, a discutir uma situação que se pode tornar num foco de destabilização do nosso Concelho. Interpretámos este descontentamento dos cidadãos de Pigeiros, como interpretámos a questão de Milheirós de Poiares: uma enorme incapacidade da Câmara Municipal de desenvolver o concelho de Santa Maria da Feira uniformemente.-----

Sim, quem está bem não quer mudar. -----

Quem está bem, não muda por mudar, não muda por bairrismos bacocos.-----

Quem está mal, muda porque quer melhorar a sua vida, porque quer mais e melhor. -----

Se 4 mil assinaram uma petição para extinguirem a união de freguesias a que pertencem, por se sentirem discriminados, por não verem desenvolvimento na sua freguesia, por sentirem que em vez de melhorar, como lhes foi prometido, estão a regredir, têm o direito e o dever de o expressar. -----

Somos, como votámos, já aqui nesta assembleia, por uma regressão das uniões de freguesias. -
Somos a favor de uma regressão baseada em estudos que demonstrem a real situação das uniões de freguesias.-----

Somos por uma reversão informada e não por uma reversão vale tudo. -----



Somos por uma reversão baseada numa lei nacional, ou seja, uma reversão a nível nacional. ---
Estranhámos que um Partido que deu durante quatro anos suporte a um governo, não tenha
tido capacidade para elaborar uma lei a nível nacional, que permitisse uma avaliação das
uniões de freguesias e assim encontrar as melhores soluções, indo ao encontro dos anseios das
populações, e de maneira oposta, o faça agora de forma avulso. -----
Estranhámos, ou talvez não, que um Partido só o faça para um caso isolado. -----
Na realidade não estranhámos: é fácil surfar politicamente no descontentamento das
populações. O oportunismo político na procura do voto é encarado por muitos como normal. --
Infelizmente é um registo ao qual já estamos habituados. -----
O CDS não ignora, nem ninguém pode ignorar, uma petição de 4 mil pessoas.-----
O CDS está solidário com este movimento apartidário.-----
O CDS não desvaloriza o descontentamento de todos os que assinaram o documento. -----
O CDS compreende os anseios da população de Pigeiros.” -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que leu documento que disponibilizou
para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Sobre este ponto o Bloco de Esquerda quer dizer, em primeiro lugar, que está como sempre
esteve: ao lado das populações. -----

É hoje claro que as extinções de freguesias levadas a cabo pelos partidos da Direita não
trouxeram nenhuma mais-valia ou benefício para as populações ou para o Concelho. Pelo
contrário, são cada vez mais as vozes que se levantam pela reposição das Freguesias. -----

O Bloco sempre foi contra a extinção das freguesias. Relembramos que foi um processo que
passou por cima de deliberações de algumas Assembleias de Freguesia e que ignorou por
completo a vontade popular.-----

É importante lembrar ainda que, a 12 de novembro de 2018, esta Assembleia pronunciou-se,
com unanimidade, a favor da reposição das Freguesias extintas no concelho de Santa Maria da
Feira. -----

Não podemos então entender esta posição por parte do executivo PSD, que vem desautorizar
o que esta Assembleia aprovou no passado dia 12 de novembro. Não há argumentos válidos
que possam justificar esta posição. Trata-se de uma iniciativa que vem dar resposta a uma
vontade popular, expressa numa petição com mais de quatro mil assinaturas. Não podemos



aceitar que não seja respeitada a vontade popular, expressa de forma democrática e através de um mecanismo previsto na Constituição.-----

O PSD mostra a sua incoerência uma vez que agora que é possível efetivar aquilo que nesta casa foi votado favoravelmente, também pelo PSD, o PSD mostra que para além da sua incoerência não é capaz de levar avante aquilo que diz defender. -----

O Bloco de Esquerda defende a reposição de todas as freguesias extintas no Concelho. E sabemos que há já vários movimentos organizados noutras freguesias. -----

Não podemos, de forma nenhuma, passar por cima de uma vontade manifestada pela população, e não só da população de Pigeiros, que se organizou e apresentou a sua vontade à Assembleia da República.-----

Portando a questão é simples: respeita-se ou não a vontade da população? O Bloco de Esquerda escolhe respeitar a vontade da população, e não pode de maneira nenhuma acompanhar o parecer desfavorável proposto pelo executivo PSD.”-----

Terminando a sua intervenção, a deputada municipal Salomé Ventura disse querer relembrar que, em junho de 2016, o BE apresentou, na Assembleia da República, uma proposta que propunha o fim da lei que extinguiu as freguesias, repondo as anteriores, a não ser que a população tivesse contrária a esta reposição. -----

Frisou que, portanto, aqueles que argumentam que o BE partiu para esta proposta de forma avulsa, não podem esquecer que o BE já apresentou, na Assembleia da República, uma proposta para reverter a extinção das freguesias.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que a proposta que foi aprovada pela Câmara lhe causa alguma confusão, salientando que, como foi referido pela representante do BE, esta Assembleia Municipal, em novembro de 2018, pronunciou-se unanimemente a favor da reversão das freguesias.-----

Referiu que o processo da agregação de freguesias veio prejudicar a todos, e que o Sr. Presidente da Câmara, hoje, reconhece isso, acrescentando que, um dia, será resolvido este problema, mas que tal já não acontecerá na presente legislatura, que será um outro governo a resolver, pelo que é preciso esperar para ver quando tal sucederá. -----

Disse também não perceber o parecer que é pedido pela Comissão, realçando que o parecer da Assembleia Municipal não tem efeitos vinculativos, que é meramente indicativo pelo que, por



Handwritten signature

isso, não vê onde está o problema de a Assembleia Municipal dizer que quer a reversão da freguesia de Pigeiros. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara tem alguma razão quando diz que este processo não deve ser feito relativamente a um caso único, realçando, contudo, que o caso de Pigeiros está em discussão porque Pigeiros adiantou-se no processo e promoveu uma petição que reuniu mais de 4 mil assinaturas, possibilitando que a mesma fosse enviada à Assembleia da República para ali ser discutida, frisando que nada foi feito fora da Lei. -----

Sobre o porquê de outras freguesias não terem feito o mesmo realçou que, pelo que sabe, há freguesias que estão a movimentar-se nesse sentido e estão a tratar dos respetivos processos. -- Reafirmou que, tendo a petição sido assinada por 4 mil pessoas, tendo sido assinada por 90% das pessoas de Pigeiros, não vê onde está o problema desta Assembleia Municipal emitir parecer favorável e transmiti-lo à Comissão, acrescentando que, entretanto, surgirá uma lei que vai resolver todos os casos por atacado. Disse ser reconhecido, por todos, que o processo da reorganização de freguesias foi mal feito, que foi feito a correr com o medo da troika, e que, agora, é preciso fazer alguma coisa para resolver a situação, apesar de aceitar que nem todas as freguesias estão mal, que existem casos que estão bem. -----

Questionou o que pensará a Assembleia da República ao receber o parecer negativo desta Assembleia Municipal, comentando que alguns Deputados nem sabem onde é Pigeiros e Caldas de São Jorge e, ao receberem tal parecer, o que vão pensar é que o Município está satisfeito pelo que não há razão para mexer e reverter a agregação das freguesias de Pigeiros e de Caldas de São Jorge. -----

Salientou que os subscritores da petição jamais vão perdoar o Sr. Presidente da Câmara caso a reversão não aconteça, e que o mesmo corre o risco de ser o responsável, no amanhã, e perante tais pessoas, por querer matar a freguesia de Pigeiros. -----

Concluindo a sua intervenção o membro António Santos frisou que, pela sua parte, vai estar sempre contra estas agregações e contra os casos que estão mal resolvidos, acrescentando que o PS vai fazer de tudo para que esta situação seja alterada.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que se fala muito de direitos, que é verdade que as pessoas têm muitos direitos, mas que também existe o dever de serem racionais e de, por vezes, porem de parte a demagogia e enfrentarem as coisas como



elas são.-----

Referiu que se fala muito da troika, que a representante do BE até afirmou que foi o governo de direita que fez a extinção de freguesias, salientando, sobre isso, que não foi o PSD nem o CDS-PP que levou Portugal à bancarrota, que não foi o PSD nem o CDS-PP a chamar a troika, que foi o Governo do PS que conduziu a esta situação. -----

Frisou que não foi esta Assembleia Municipal que acabou com 10 freguesias do Concelho, que não foi o PSD a acabar com as 10 freguesias, sublinhando que quem chamou a troika e obrigou o Município a fazer isso foi o Governo do PS. -----

Disse que o PSD de Santa Maria da Feira sempre foi, desde a primeira hora, contra a agregação das freguesias e que não foi por acaso que lutou, até à última, para conseguir um acordo para evitar que, em vez de serem 15 freguesias agregadas, fossem apenas 10, que era o mínimo possível. Salientou que isso foi alcançado, mas que, caso se tivesse enveredado pela filosofia do BE e dado voz a quem não queria agregação nenhuma, em vez de 21 freguesias o Concelho apenas teria ficado com 16, frisando ser essa a realidade. -----

Fez notar que também nunca concordou que se resolveria, em Portugal, fosse o que fosse agregando-se freguesias, recordando que quando a troika falou em agregação estava a falar de municípios, para tornar o País mais governável, mas que não houve a coragem, da parte do Governo PSD/CDS, para mexer nos municípios, tendo-se ficado pelas freguesias. -----

Disse ser evidente que não se resolveu problema nenhum com a agregação das freguesias, que concorda inteiramente que o concelho de Santa Maria da Feira não ficou melhor com a agregação de freguesias, acrescentando que ter as populações descontentes é muito mau, seja por que razão for, e muito mais quando não há razões para tal.-----

Salientou que é preciso manter a coerência e aguardar que seja aprovada legislação que permita a desagregação das freguesias, dizendo esperar que a proposta que está em discussão na Assembleia da República seja melhorada porque, caso seja aprovada tal como está, muitas das freguesias que existem hoje deixariam de existir, comentando que se a proposta apresentada pelo PS fosse assim aprovada, ainda mais agregações de freguesias teriam de ser feitas.-----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão realçou que o grupo municipal do PSD não é favorável a que esta Assembleia Municipal se pronuncie, avulsamente, sobre esta ou aquela freguesia, e muito menos quando isso é só da vontade do Bloco de Esquerda. -----



De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o membro José Manuel Leão já havia explicado claramente todo o processo que levou à agregação de freguesias. -----

Referiu que houve, aquando do tratamento desse processo, um grande trabalho do Município, lembrando que o então vereador José Manuel Oliveira foi um dos homens que esteve na liderança desse trabalho e que os Deputados Amadeu Albergaria e António Topa também fizeram, na Assembleia da República, todos os esforços para que o número de freguesias a agregar no Concelho fosse o mínimo possível. -----

Salientou que, desse trabalho, resultou um prémio para o Município porque se conseguiu agregar um número inferior de freguesias face ao que estava previsto, frisando que, portanto, considera ser completamente errado se estar, nesta sessão, a reescrever uma história que está contida em factos. -----

Realçou que o processo de agregação de freguesias foi feito dentro de um determinado quadro legal e que, pelo que sabe, o mesmo ainda não foi alterado, acrescentando também ser do conhecimento geral que o PS está a promover uma alteração e que até já fez chegar à Associação Nacional de Municípios Portugueses uma proposta de Lei com vista à revisão do processo de reorganização administrativa, pelo que lhe parece desadequado dar parecer favorável aos projetos de lei que estão em apreço. -----

Sobre o proferido pelo membro António Santos disse que este o estava a querer condenar ao cadafalso e que essa é a democracia do PS, ou seja, a de cortar o pescoço a quem não está com o próprio PS. Referiu que isso acontecia no tempo da Revolução Francesa, e que deu no que deu, porque, depois, cortaram o pescoço àqueles que cortavam o pescoço aos outros, comentando que, agora, os tempos são outros, que se vive num tempo de debate democrático e de respeito pela legalidade. -----

Referiu também lhe parecer errado que se apresente as 4.000 assinaturas como sendo 90% dos habitantes de Pigeiros porque, ao que sabe, Pigeiros terá menos de 1.200 eleitores, pelo que essas 4.000 assinaturas valem o que valem. -----

Concluindo a sua intervenção, o *Sr. Presidente da Câmara* sublinhou ter muito apreço e muita amizade pelas pessoas de Pigeiros, e que, dentro do quadro legal que vier a ser publicado, o Município terá que olhar para a situação. -----



De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD), 19 votos contra (PS: 15, BE: 2, CDU: 1, IND: 1) e 1 abstenção (CDS-PP), emitir parecer desfavorável aos Projetos de Lei n.º 1097/XIII e n.º 1098/XIII. Deliberou também comunicar a deliberação à Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

“A bancada do Partido Socialista vota contra a proposta apresentada de dar parecer negativo ao Projeto de Lei n.º 1097/XIII - Criação da Freguesia de Pigeiros, Concelho de Santa Maria da Feira e ao Projeto de Lei n.º 1098/XIII - Criação da Freguesia de Caldas de São Jorge, Concelho de Santa Maria da Feira, em virtude deste parecer no seu entendimento ter as seguintes implicações:-----

a) Não defende os melhores interesses das populações de Pigeiros e de Caldas de São Jorge; --

b) A freguesia de Pigeiros pela larga maioria da sua população pretende a criação da Freguesia de Pigeiros e a consequente saída da União de Freguesias que lhe foi imposta; -----

c) A população da freguesia de Pigeiros entende que está a ser muito prejudicada com a sua agregação na União de freguesias; -----

d) A freguesia de Pigeiros tem circunstâncias concretas que justificam a criação da freguesia, como outras freguesias do concelho as terão, mas é esta freguesia que nesta votação estamos a tratar;-----

e) Um parecer negativo da Câmara Municipal e da Assembleia de Santa Maria da Feira vai ser uma rude machadada nas aspirações da população de Pigeiros de criação da freguesia, pois os deputados da Assembleia da República, que irão votar os projetos lei, ao verem que os órgãos do município estão contra a criação da freguesia de Pigeiros vão com toda a certeza usar isso como motivo e fundamento para terem uma posição contrária a essa criação; -----

f) Tendo esta Assembleia já se pronunciado sobre a acuidade de se proceder à correção da situação criada pela reorganização administrativa autárquica de 2013, não se entende agora o parecer desfavorável a uma situação que iria corrigir uma das situações geradas por tal reforma.” -----



O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto:-----

“A minha declaração de voto vai no seguimento daquilo que referi há pouco, e não sei se o PSD percebeu, mas acabámos de perder a oportunidade de voltar a ter a freguesia de Pigeiros, porque, a ser aprovada em lei aquilo que está a ser discutido, neste momento, na ANAFRE, Pigeiros não voltará a ser freguesia porque não tem população e porque não está a mais de 10 quilómetros da sede do município. -----

E, como eu referi há pouco, acabámos de perder a oportunidade de Pigeiros voltar a ser freguesia, e a manter-se esta correlação de forças e esta ideia relativamente ao assunto, Pigeiros nunca voltará, ou pelo menos nos próximos tempos, a ser freguesia.”-----

4 – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05 – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Sobre este o ponto o Bloco de Esquerda mantém aquela que tem vindo a ser a sua posição sobre a transferência de competências: -----

Voltamos a afirmar que nos desmarcamos inteiramente deste processo de municipalização de serviços, que nos é apresentada como descentralização. -----

Voltamos a afirmar que os serviços públicos fundamentais devem continuar sobre a alçada do Estado, porque acreditamos que só desta forma será possível garantir o acesso universal e de qualidade a esses mesmos serviços. -----

E, portanto, relativamente à proposta de rejeição da transferência de competências para os órgãos municipais, nas áreas explanadas no documento, votaremos a favor, não pelas mesmas razões do executivo PSD, mas sim pelos motivos que aqui hoje apresentamos e que temos vindo a apresentar.”-----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 31, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, PS: 2 – Rui Alves Rios e Francisco Andrade) e 14 abstenções (PS: 13, IND: 1), nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida: -----

- reafirmar o teor da sua deliberação de 13 de setembro de 2018 e que seja reiterada a comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais, segundo a qual o Município declara que não pretende, no ano de 2019, a transferência das competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, bem assim, seja comunicado à DGAL que o Município de Santa Maria da Feira não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, -----

- que seja comunicado à Direção-Geral das Autarquias Locais, que o Município de Santa Maria da Feira não pretende, no ano de 2020, a transferência das competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio. -----

O membro **Rui Ribeiro** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Hoje assistimos aqui, e ainda bem, que o Partido Socialista começa a ver o caminho das coisas. Na primeira vez que este tipo de matérias veio a esta Assembleia, nós ouvimos coisas um bocadinho surreais, porque é que o Executivo não aceitava as delegações e que, depois, se iria ver o que é que o Poder Central nos iria dar. -----

E, aqui, o Executivo foi coerente, que jamais aceitaria qualquer envelope sem saber o seu conteúdo. -----

Esta delegação, tive a oportunidade de ler a declaração da Dr.ª Margarida Gariso na reunião de Câmara, e, aqui, penso que esteve bem e disse que se fosse presidente da Câmara também não aceitaria sem saber qual o envelope financeiro. -----

Portanto, isto tem sido a política do Partido Socialista, a de tentar empurrar as responsabilidades para o Poder Local sem haver, realmente, um envelope financeiro associado. -----

Penso que nesta matéria, e neste momento, ainda não votam a favor das propostas do Município, Sr. Presidente, mas vão a caminho, portanto, a abstenção já a conseguimos.” -----



Sairam os membros José Manuel Leão, Ana Lamas Barros, José de Jesus Castro e Liliana Alves Couto.-----

5 – Transferência de competências para as entidades intermunicipais -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 3 de junho de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 28, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 15 abstenções (PS: 14, IND: 1), nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida, não conceder acordo favorável à transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, restrita aos anos de 2019 e 2020, previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e nos Decretos-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, n.º 23/2019, de 30 de janeiro, e n.º 58/2019, de 30 de abril.-----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----
“Só para dizer que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente a proposta da Câmara pelos mesmos motivos do ponto anterior.”-----

Saiu o membro Carmino Leite de Bastos.-----

6 – Contrato interadministrativo de colaboração com a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – AMTSM-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----



op.
H/A
E. Costa

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), autorizar a celebração do contrato interadministrativo de colaboração entre o Município e a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

7 – Protocolo entre o Município e a Freguesia de São João de Ver-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), autorizar a celebração do protocolo entre o Município e a Freguesia de São João de Ver, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

Reentraram os membros José Manuel Leão, Ana Lamas Barros, José de Jesus Castro, Liliana Alves Couto e Carmindo Leite de Bastos. -----

8 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2018-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2019 e restante documentação enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O membro *Pedro Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Neste ponto, o Bloco não pode deixar de referir que, no que toca à coerência, nós sempre tivemos uma grande distinção do Partido Social Democrata, e as Contas Consolidadas do



Município aqui apresentadas são, efetivamente, o reflexo das posições erradas que este Executivo tem tomado e das quais veementemente, obviamente, nos desmarcamos. -----

O Bloco tem sido uma voz ativa na denúncia da falta de capacidade que o Sr. Presidente tem demonstrado no que toca ao investimento no Concelho, as baixas taxas de execução já aqui denunciadas por nós, em abril, parecem ser a imagem de marca deste PSD. E, por isso, se o PSD investisse no Concelho como investe em marketing, talvez tivéssemos já resolvidos os problemas da rede viária, dos transportes, em vez de andarmos, ainda, a perder tempo a perdoar dívidas a empresas que exploram o estacionamento. -----

Já as funções sociais da autarquia continuam com verbas miseráveis, de ano para ano, e o Sr. Presidente faz do centro da sua governação autárquica o excedente que conseguiu. O problema é que, do excedente e do marketing, em nada se resolve a vida das pessoas e muito menos se contribui para um concelho melhor. -----

A Câmara da Feira continua a despejar milhões de euros de dinheiros públicos na empresa municipal Feira Viva, e nós, mais uma vez, como sempre defendemos, essa gestão, a gestão dos equipamentos, a gestão dos eventos, deve ser feita pela própria Câmara Municipal, e só assim é possível cumprir com rigor e com a transparência que se requer de um Executivo. -----

Posto isto, enquanto não se cumprir com a transparência, com o rigor e com o investimento em Santa Maria da Feira, em nome da coerência, o voto do Bloco pode apenas ser contra.” –
Fim de citação. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 31, PS: 2 – Rui Alves Rios e Liliana Couto), 16 votos contra (PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1) e 2 abstenções (CDU: 1, PS: 1 – Francisco Andrade), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2018 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----
“O Partido Socialista votou contra as Contas Consolidadas, não pelos números que lá estão, porque os números, com certeza, estão a plasmar a realidade do Município e a realidade das Contas, mas sim pelas políticas que estão subjacentes a essas contas, porque o Partido



Socialista entende serem políticas que, em vez de promover o desenvolvimento do Concelho, bem pelo contrário, o tem retraído e o tem condicionado. O desenvolvimento podia ser muito maior com outras opções políticas e com outras medidas que subjazem às Contas apresentadas.” -----

O membro *Rui Ribeiro* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----
“Votar contra este ponto é, realmente, não perceber o que é que se está aqui a fazer. Nitidamente. Isto decorre da Lei, a Consolidação decorre da Lei, independentemente das políticas, de nós concordarmos com as opções, com os investimentos, ou não. -----
Isto é a obrigação, a Lei n.º 73/2013 diz mesmo isso. E quando nós estamos aqui a votar contra é dizer que a Câmara não devia cumprir a Lei. Isto é surreal, realmente as pessoas não têm responsabilidade para o cargo que foram eleitos.”-----

9 – 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de junho de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária a revisão orçamental em epígrafe, documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Em primeiro lugar, há uma redução do investimento previsto na rede viária. Entre a retirada de mais de 393 mil euros para pavimentação e arruamentos e a inclusão de pequenas obras de requalificação perdem-se mais de 63 mil euros. Ou seja, esta revisão que a Câmara propõe à Assembleia Municipal prevê a redução do investimento para 2019. -----

Em segundo lugar, há a incorporação de novas receitas oriundas da Direção Geral de Alimentação e Veterinária – 15.000 € – e da União Europeia – 87.658 € – que se destinam ao apoio ao Programa Erasmus Mais e a uma Campanha de Esterilização de Cães e Gatos de



91.
H/4
Edição

companhia. Depois de décadas sem nenhuma política nesta área da esterilização e depois de não ter feito nada para adaptar o município à nova lei que proíbe o abate de animais nos canis, a Câmara Municipal inscreve finalmente uma verba para esta política que o Bloco de Esquerda tanto tem proposto. É pena é que se fique pelo dinheiro que é atribuído pela DGAV e não atribua nenhum reforço de verba.-----

É pena que continue, enquanto município, a não destinar nenhum dinheiro para esta política. -- Podia muito bem ter reforçado estes 15 mil euros com mais verbas, mas no que toca à política de bem-estar animal, a Câmara só faz se alguém lhe der dinheiro para fazer, está visto. ----- Há ainda um reforço de verba para locação de edifício – quase 20 mil euros – que gostávamos de ver esclarecido. O que está por trás deste reforço de verba? ----- Em suma, a revisão que aqui é trazida reduz investimento na rede viária e introduz as verbas oriundas de entidades externas, mas sem nenhum reforço dessas verbas, mesmo em áreas onde era possível e aconselhável fazê-lo. É uma revisão que fica muito aquém das necessidades do concelho. Por estas razões votaremos contra esta proposta.”-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que as correções em causa são pontuais, salientando que 15 mil euros são referentes a uma candidatura que o Município fez para a esterilização de animais, comentando que era bom que a Câmara apenas gastasse 15 mil euros por ano no bem-estar animal, mas que gasta muito mais. -----

Sobre a locação de edifícios informou que a Câmara está a tentar arrendar alguns espaços mais baratos, ressaltando que a locação em causa, de 20 mil euros, vai permitir à Câmara poupar porque vai deixar de ter arrendados outros espaços mais caros, frisando que a política da Câmara passa por fazer essa renegociação. -----

Frisou que, portanto, estão em causa ajustes orçamentais, pouco significativos, pelo que apelava ao Bloco de Esquerda no sentido de votar o assunto favoravelmente. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 31, PS: 2 – Rui Alves Rios e Liliana Couto), 2 votos contra (BE) e 16 abstenções (PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a revisão orçamental em epígrafe, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----



Handwritten initials and signature in the top right corner.

10 – Programa Movimento e Bem-Estar -----

- Transferência de verbas para as Juntas de Freguesias 2018-2019 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 6 de maio de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Acompanha a deliberação camarária o quadro a que a mesma se refere, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar, sob proposta da Câmara, a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia que, seguidamente, se identificam: -----

- Junta de Freguesia de Arrifana – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Lourosa – 2.540,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares - 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Paços de Brandão – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Rio Meão – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Romariz – 1.082,40 €; -----
- Junta de Freguesia de Sanguedo – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – 3.247,20 €. -----

11 – Alterações da postura de trânsito de Santa Maria da Feira-----

12 – Alteração da postura de trânsito de Canedo-----

13 – Alteração da postura de trânsito de Lourosa-----



9.
H
S. Maria da Feira

14 – Alteração das posturas de trânsito de São João de Ver e de Santa Maria da Feira----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 15 de abril, 20 de maio e 17 de junho de 2019 (ponto n.º 11), de 15 de abril de 2019 (ponto n.º 12), e de 23 de abril de 2019 (pontos n.º 13 e 14), e restante documentação que as acompanha e que foi enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal – informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os referidos assuntos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer, aludindo ao ponto n.º 14, que a via em questão já havia sido alvo de um requerimento apresentado pela CDU, fazendo notar que a CDU concorda com a proposta da Câmara e até entende que a mesma devia ter ido mais longe, nomeadamente na questão das bermas.-----

Salientou que, nessa via, existem zonas em que as bermas têm cerca de meio metro de altura, que já houve capotamentos de viaturas, pelo que a CDU entende que o Município tinha, neste momento, a oportunidade de reformular as bermas e de tornar a via ainda mais segura. -----

Concluindo a sua intervenção, disse saber que há terrenos que são privados, mas que, no entendimento da CDU, seria possível normalizar a situação que referiu. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, em relação à questão mencionada, dizer que há terrenos que são privados, salientando que a alteração proposta pela Câmara visa a redução da velocidade em alguns troços da via, nomeadamente nas curvas, de forma a evitar que ocorra algum acidente. -----

Concluindo, disse reconhecer que aquela via precisa de uma intervenção de fundo, para alargamento da mesma e até para suavizar algumas das curvas. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

11 – Alterações da postura de trânsito de Santa Maria da Feira-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar as alterações da postura de trânsito em epígrafe, nos termos das deliberações camarárias de 15 de abril, 20 de maio e 17 de junho



de 2019, que são acompanhadas pelas informações técnicas e respetivos anexos a que as mesmas se referem – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

12 – Alteração da postura de trânsito de Canedo-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar a alteração da postura de trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 15 de abril de 2019, que é acompanhada pela informação técnica a que a mesma se refere – documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

13 – Alteração da postura de trânsito de Lourosa-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar a alteração da postura de trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 23 de abril de 2019, que é acompanhada pela informação técnica e respetivo anexo a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

14 – Alteração das posturas de trânsito de São João de Ver e de Santa Maria da Feira-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 1 abstenção (IND), aprovar a alteração das posturas de trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 23 de abril de 2019, que é acompanhada pela informação técnica e respetivos anexos a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

15 – Ação de controlo da Inspeção-Geral de Finanças ao Município (Controlo da lei dos compromissos e pagamentos em atraso)-----

- Comunicação de homologação do relatório n.º 2017/1429 (para conhecimento)-----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o relatório em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa por despacho do Sr. Presidente da Câmara, via correio eletrónico, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.449, em 17 de maio de



2019 – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----
Após informar se tratar de um assunto presente à Assembleia para conhecimento, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que referiu que o Município está permanentemente a ser alvo de inspeções e que os respetivos relatórios têm sido agradáveis, que o Município não recebeu nenhuma observação desagradável, e que isso lhe apraz registar.

Posto isto, e após verificar que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do relatório em referência.

16 – Documentos de Prestação de Contas de 2018 da Área Metropolitana do Porto (*para conhecimento*)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa por instrução do Sr. Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, via correio eletrónico, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.453, em 26 de abril de 2019 – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento dos documentos em referência. -----

17 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----

- **Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Frutuoso Tomé Resende, designado pela Assembleia Municipal por deliberação de 10/02/2012**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do ofício remetido à Mesa pela Sr.ª Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.037, em 15 de abril de 2019, dando nota que



9.
[Handwritten signature]

entrou na Mesa uma única proposta, apresentada pelo membro Ângelo Santos (CDS-PP), propondo a designação da cidadã Maria Fernanda Pinto Ferreira Alves, proposta essa que se faz acompanhar de uma breve nota biográfica da referida cidadã – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 41 votos a favor, 3 votos contra e 7 votos em branco, designar a cidadã Maria Fernanda Pinto Ferreira Alves para substituir Frutuoso Tomé Resende na Comissão em referência.-----

**18 – Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca -----
- Designação de representante para o Conselho da Comunidade (Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02, na sua redação atual)-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o Decreto-Lei em referência, dando nota que a Mesa recebeu a indicação de uma única proposta, do grupo municipal do PSD, propondo a designação do Sr. Mário Jorge de Castro Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão. Informou que o mesmo é o atual representante do Município no referido Conselho da Comunidade – por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2013 – pelo que, em caso de aprovação da proposta, o Sr. Mário Jorge Reis é reconduzido nesse cargo. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 43 votos a favor e 8 votos em branco, designar o Sr. Mário Jorge de Castro Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, como representante do Município para o Conselho da Comunidade em referência.-----

**19 – Comissão Consultiva da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira -----
- Designação de representante da Assembleia Municipal-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere o Aviso n.º 8130/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 90, em 10 de maio de 2019 –



dando nota que a Mesa recebeu a indicação de uma única proposta, do grupo municipal do PSD, propondo a designação do Sr. Paulo Fernando Marques de Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 43 votos a favor e 8 votos em branco, designar o Sr. Paulo Fernando Marques de Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, como representante da Assembleia Municipal na Comissão em referência. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição, do cidadão Manuel José Alferes Pereira, residente na Rua Cimo de Aldeia, n.º 224, em Pigeiros, para falar a respeito do assunto “fim da agregação das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros”. -----

Após verificar que o referido cidadão se encontrava presente, informou o mesmo que, nos termos regimentais, tinha cinco minutos de intervenção, numa intervenção única, passando-lhe, de seguida, a palavra.-----

Interveio o cidadão *Alferes Pereira* que começou por dizer que, conforma anunciado, se inscreveu para falar da questão da desagregação de Pigeiros e Caldas de São Jorge, ressaltando que muito se tem falado dessa matéria, de petições e de propostas na Assembleia da República, mas que o certo é que Pigeiros nunca quis a agregação e tudo tem feito para que ela termine, mas que há sempre qualquer coisa que emperra e que leva a que a agregação persista, contra a vontade de Pigeiros e de Caldas de São Jorge. -----

Disse que a primeira menção que há a Pigeiros é de 1085, portanto, anterior a Portugal, salientando que foi sempre uma freguesia pequena e que só a partir do 25 de Abril é que começou a ter um grande desenvolvimento, sobretudo demográfico.-----

Referiu ser uma freguesia que tem a festa da Pardalada, como é conhecida, que tem a Mamoa na Quinta da Laje, a qual levou a que o PERM tivesse alguns problemas na instalação porque toda a gente se esqueceu dela, e que também tem a Mamoa de Vinhó/Barreiro, que igualmente



foi esquecida aquando da construção do novo campo de futebol, que teve de ser alterado devido à existência desse monumento.-----

Fez notar que Pigeiros tem diversos portais no lugar da Quintã, tem o Calvário, tem cerca de 10 alminhas, algumas com séculos, tem o parque de lazer da Várzea, um dos mais belos do Concelho, tem a biblioteca Domingos Moreira e tem o Centro Cívico de Pigeiros. Acrescentou que, em infraestruturas, a freguesia tem o PERM, conhecido como parque das sucatas, lembrando que, na altura, ninguém o quis e o mesmo foi parar a Pigeiros, ressaltando que a tragédia de Pigeiros é aceitar tudo o que lhe é imposto. -----

Disse que Pigeiros tem ainda um quarto de zona industrial do vizinho, de Romariz, porque parte dessa zona industrial está em território de Pigeiros, comentando que nunca ninguém se dignou a corrigir essa situação, nem a freguesia de Romariz nem a Câmara Municipal. -----

Deu nota que Pigeiros tem a EN1 a meia dúzia de metros e que a A32 tem uma saída em Pigeiros, fazendo notar, sobre essa saída, que Pigeiros é a única freguesia do Concelho que não tem na placa o nome da terra onde se sai, e que isso é triste, acrescentando que Canedo tem, que Gião tem, mas que Pigeiros não tem. -----

Salientou que, no mundo associativo, queria mencionar três exemplos, começando pelo CCD Pigeirense para sublinhar que o mesmo é 4 vezes campeão nacional de futebol do Inatel, que é o único clube desportivo do Concelho a ter conquistado títulos nacionais de futebol, e que já ganhou cerca de 20 títulos a nível distrital. Ressaltou que, apesar desses títulos, o CCD Pigeirense não tem um único campo de futebol em condições, comentando que, no campo antigo, os últimos atletas a tomar banho já tomam em água fria e que, no campo novo, o balneário só está feito de pedreiro. Realçou que, apesar dos apelos de diversas figuras da freguesia, ainda não se conseguiu que alguém, a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal, fosse terminar o balneário, ressaltando que os pigeirenses já decidiram fazer uma bancada com o seu próprio dinheiro, mas que apelam no sentido de ser terminado o balneário. -----

Mencionou a Associação Padre Osório para salientar que, apesar de ser uma das mais pequenas IPSS do Concelho, que luta com grandes dificuldades e que todos os meses se consta que pode fechar, é das melhores do Concelho em termos de trabalho prestado e que isso é reconhecido por outras IPSS. -----

Referiu ainda a Associação CicloUnidos de Pigeiros, comentando que, apesar da mesma não estar tão ativa como costumava, já organizou das melhores provas de cicloturismo e de BTT



9,
M.
C. S. S.

da zona Centro e que isso foi reconhecido pela própria Associação de Cicloturismo do Centro. Prosseguindo a sua intervenção disse que, a nível político, Pigeiros já teve Juntas do PSD, do PS, do CDS-PP, que também já teve autarcas da CDU e independentes, que já teve 3 presidentes de concelhias de partido, 2 do CDS-PP e 1 do PS, que já teve 2 candidatos à Câmara e 1 candidato à Assembleia Municipal, sublinhando ainda que, neste momento, tem um Deputado na Assembleia da República.-----

Disse que Pigeiros teve um benemérito que foi, em termos culturais, talvez o maior benemérito do Concelho, e que se esteve 5 anos à espera que se fizesse uma biblioteca, com os livros de grande valor guardados em caixotes. Salientou que, entretanto, Pigeiros ficou com uma biblioteca que considera simplória, comentando que quem por ali passa nem se apercebe que se trata de uma biblioteca e que se fosse em Argoncilhe, São João de Ver ou em outra freguesia qualquer, teria sido feita uma obra imponente, mas como é Pigeiros adaptou-se uma casinha pré-fabricada numa biblioteca.-----

Salientou que o Centro Cívico de Pigeiros é das coisas mais feias que foram feitas, até hoje, em Pigeiros, comentando que o desenho só pode ter sido realizado por alguém que acordou de ressaca depois de uma noite de S. João. Realçou que, apesar de ser uma obra imponente, o facto é que para pouco ou nada serve.-----

Referiu que a freguesia tem ainda um auditório que foi considerado, por alguém da Câmara, como sendo amovível, dado que as cadeiras são de esplanada e podem ser retiradas, ficando um espaço amplo somente com o palco. Questionou porque é que os auditórios de Argoncilhe e de Milheirós de Poiares não são amovíveis e têm cadeiras fixas de auditório, e o de Pigeiros não tem, servindo este apenas para fazer umas festas da terceira idade e pouco mais do que isso.-----

Salientou que o alargamento do cemitério de Pigeiros, feito há alguns anos, foi um processo pacífico e fácil de resolver, sem grandes despesas para o erário público, mas que em Argoncilhe já se anda há 20 anos às voltas com o cemitério, estando os mortos em fila de espera porque não se consegue arranjar um cemitério, e que nas Caldes de São Jorge se andou 30 anos para comprar uma casa que, finalmente, foi comprada e demolida. Nesse âmbito, comentou ter quase a certeza absoluta que Pigeiros, que nada recebe e tudo paga, vai ter de contribuir para o cemitério de Argoncilhe, e que ajudará de bom grado, comentando que até poderá ser organizado um peditório na freguesia para o efeito.-----



Aludiu ainda ao Largo da Presa, em Pigeiros, salientando tratar-se de um dos pontos mais importantes que faz ligação entre diversos autocarros, que vêm da Corga do Lobão, das Caldas de São Jorge, de Cabeçais, entre outras proveniências, e que vão para São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e outros destinos. Disse que se Lourosa, que também tem uma ponte de ligação, e Santa Maria da Feira, que também vê chegar muitos autocarros, pediram um Centro Coordenador de Transportes, Pigeiros também poderia ter pedido um, mas que nunca o fez. -----

Frisou que Pigeiros é uma freguesia única, que até teve a sorte de ter visto um burro a aterrar de paraquedas, explicando que, há muitos anos, alguém queria andar de paraquedas, mas, como tinha medo, experimentou primeiro o paraquedas no burro, e este, que havia partido do Porto, aterrou em Pigeiros, comentando que mais nenhuma freguesia do Concelho viu um episódio desses.-----

Fez sobressair que o povo de Pigeiros é humilde e simples, que muitas vezes é esquecido e espezinhado, mas que, apesar disso, mantem a serenidade e aceita o que lhe é imposto pela capital do império Feirense. Realçou que Pigeiros não exige nem nunca exigiu, que como uma terra pequena, de gente simples e de bem, apenas pede e agradece o que lhe dão como uma bênção, acrescentando que Pigeiros não traz autocarros para as assembleias municipais, como já aconteceu com Milheirós de Poiares, Canedo e outras freguesias, estando serenamente à espera que a situação se resolva, nesta Assembleia e na Assembleia da República. Frisou que outras freguesias têm piscinas e campos sintéticos, que algumas até têm três pavilhões quando Pigeiros apenas tem um ringue que, ainda por cima, está desnivelado, mas que mesmo assim os pigeirenses agradecem porque, não fosse esse, teriam de jogar à bola no meio da estrada, à moda antiga. -----

Realçou que, apesar de agradecer tudo e não exigir nada, há uma coisa que Pigeiros não vende, que é a honra, a dignidade, a sua história e o seu futuro, ressaltando que Pigeiros tem direito ao seu futuro, tal como as demais freguesias, que é uma freguesia pequena, mas honrada, que tem a sua história e tradição e quer ser a dona do seu futuro. -----

Disse querer deixar claro que esta sua intervenção não é uma crítica à atual Junta de Freguesia, que é do PSD mas que podia ser de outro partido qualquer ou até independente, que é apenas um grito sobre o poder que está instituído, que em nada ajuda Pigeiros.-----

Referiu querer chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara de que Pigeiros quer ter a sua



independência, quer continuar a história que teve até 2013, ressaltando que os pigeirenses não estão a pedir para criar uma nova freguesia, mas sim que se corrija algo que foi feito há meia dúzia de anos, e não há um século. -----

Frisou que Pigeiros quer ter uma boa relação com Caldas de São Jorge, como tem com Milheirós de Poiares, comentando que se há uma freguesia com a qual, um dia, Pigeiros se poderia juntar, por qualquer motivo, seria com Milheirós de Poiares e nunca com Caldas de São Jorge, mas que também é sabido que Milheirós de Poiares tinha o problema da integração no município de São João da Madeira, pelo que nunca seria uma negociação fácil. -----

Disse não saber como é que vai terminar o caso de Milheirós de Poiares, alertando que, caso a freguesia de Milheirós de Poiares venha a integrar o concelho de São João da Madeira, poder-se-á abrir uma porta extremamente perigosa e pode Pigeiros seguir-lhe os passos porque também sempre viveu muito em função de São João da Madeira, por tradição e até por questões de algum bairrismo, frisando que o Sr. Presidente da Câmara será o responsável caso isso venha a acontecer. -----

Fez sobressair que a freguesia de Pigeiros fica a aguardar uma resposta do Sr. Presidente da Câmara, que este diga aos pigeirenses, olhos nos olhos, porque é que não aceita a desagregação de Pigeiros e de Caldas de São Jorge, dizendo esperar que, na Assembleia da República, os partidos políticos tenham juízo e votem favoravelmente a pretensão de Pigeiros. Concluindo a sua intervenção referiu ter escolhido, para terminar, uma frase que pode ser controversa mas que entende aplicar-se na perfeição, neste momento, a Pigeiros, que é dizer, sem ter medo das palavras, que Pigeiros quer ser uma freguesia orgulhosamente só. -----

Dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o mesmo referiu apenas querer dizer que não admite que se diga que ele é contra a desagregação das freguesias, frisando nunca ter dito isso pelo que não admite que ponham essas palavras na sua boca. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----



Nada mais havendo a tratar, às 23 horas e 25 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

A 2.ª Secretária,

